

O processo de democratização e seus teóricos

Robert Bonifácio da Silva¹

RESUMO

O regime democrático é hoje o predominante na maioria dos países, apesar de ser possível tecer diversas críticas referentes ao enraizamento de seus procedimentos nos governos e adesão de seus valores nas sociedades. O artigo procura situar o debate acerca do processo de democratização, enfatizando os aspectos mais relevantes entendidos por autores de distintas vertentes teóricas para emergência e sustentação da democracia. Para isso, serão explorados textos de referência de autores ligados a teoria da cultura política, teoria econômica da democracia, teoria do capital social e teoria neo-institucionalista. Buscam-se entendimentos de seus principais argumentos teóricos e contraposições.

Palavras-chave: Processo de Democratização - Democracia - Apoio Político - Vertentes Teóricas.

1- Introdução

Dentre todos os acontecimentos relevantes, guerras, revoluções, ascensões e quedas de governos durante o século XX, há autores que sustentam que a grande personagem do século foi, na verdade, a democracia (MOISÉS, 1992). O autor sustenta que a democracia converteu-se na grande questão da época contemporânea, pois por toda parte verifica-se a defesa das idéias de liberdade, de igualdade perante a lei, de direitos individuais e de legalidade institucional. Alguns autores parecem ter o mesmo diagnóstico, como Huntington (1994), que destaca a evolução da adoção da democracia como sistema de governo pelos países, processo denominado por ele de *ondas de democratização*. Uma maneira de se mensurar esse movimento rumo à democratização é consultando os dados da *Freedom House*², que

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp

² Para maiores informações, acesse o sítio da organização: www.freedomhouse.org

considerava existir, em 2007, 123 democracias eleitorais - países com patamares mínimos de liberdades civis e políticas, considerados pela organização.

Esse papel protagonista da democracia percebido pelos autores e organização acima não deixa de influenciar na ciência política, o que se nota através do denso volume de publicações que têm a democracia como foco, seja explorando aspectos puramente teóricos, seja discutindo sua eficácia em materializar as benesses a ela atribuídas, seja avaliando a relação dos cidadãos com o regime, etc.

Um aspecto da democracia que se pode considerar de essencial relevância se ter conhecimento é o conjunto de fatores significantes para sua emergência e sustentação. Em que países são mais prováveis a democracia emergir? Quais fatores explicam a sua sustentação? Por que há rupturas no processo de democratização em alguns países, enquanto que em outros há longa experiência com o regime?

Alguns estudos já procuraram dar respostas às indagações acima e uma coletânea sobre o debate pode ser encontrado em Moisés (2005) e Norris (1999a). Os autores expõem, de forma geral, argumentos-chave de algumas teorias que buscaram dar respostas ao processo de democratização. Em parte, é a isso que esse trabalho se propõe, com o diferencial de adentrar um pouco mais nas obras clássicas ou de referência de cada vertente teórica que se dispôs tratar do assunto. Para tanto, exploraremos conceitos essenciais e obras de referência da teoria da cultura política, dos teóricos da crise, da teoria econômica da democracia, do capital social e do neo-institucionalismo, respectivamente. A ordem com que os argumentos de cada vertente teórica aparecem no texto tem como base a sequência cronológica em que essas vertentes emergem com alguma relevância no ambiente científico.

2- Teoria da cultura política

A concepção de que a cultura política é aspecto relevante para configuração dos sistemas políticos é a base geral das argumentações dessa vertente teórica. Ganha expressão no ambiente acadêmico na década de 60, após a publicação de Almond e Verba (1963). Os autores rompem com abordagem predominante nos estudos da área de cultura política da época, que definiam certo “caráter nacional dos povos” e a partir daí faziam especulações teóricas para explicar diferentes configurações dos sistemas políticos ao longo do planeta. Um dos pilares metodológicos dos autores é a mescla de teoria e utilização de *surveys* (pesquisa de opinião com indivíduos) para análise empírica. Desse modo, colaboram para maior consistência científica nos estudos de cultura política, ao renegarem fontes de análises baseadas em estereótipos e preconceitos, como o “caráter nacional dos povos” e passarem a

utilizar material empírico com validade científica, tendência acompanhada pelos estudos da área até dias atuais.

A tese geral de Almond e Verba é de que existem diferentes níveis de aceitação e sustentação democrática nos países devido às suas diferenças no que concerne à cultura política. Para os autores, alguns países teriam uma cultura política mais favorável a emersão e sustentação democrática, ou seja, uma cultura política pró-democrática, que eles denominam “cultura cívica”. Esse tipo de cultura teria se desenvolvido com mais força nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o que é a explicação geral para que, nesses países, as orientações e atitudes democráticas e o tempo de democracia existente nos países sejam maiores que no México, Alemanha e Itália, o que comprovam com testes estatísticos dos dados resultantes dos *surveys* aplicados nos países analisados.

Suas argumentações teóricas serviam, na época, como contraponto às visões de Lipset (1963) e Converse *et al* (1964) que sustentavam haver associação entre modernização e existência de democracia, ou seja, quanto mais modernização, maior chance de se ter democracia. Para os autores, a realidade não corroborava com a teoria: em países com alto nível de escolaridade, renda e expectativa de vida, como França e Alemanha, consideravam haver democracias instáveis. Destacam ainda que países periféricos da América do Sul, Ásia Oriental e Sul da Europa vivenciaram seus maiores períodos de crescimento econômico tendo como leme dos rumos do Estado governos ditatoriais.

Inglehart (1990; 1993) segue o mesmo viés teórico de Almond e Verba e adiciona elementos explicativos para um tratamento culturalista mais consistente para o fenômeno da democratização. Dois aspectos são importantes para ele nesse processo: substituição gradual de valores materialistas por pós-materialistas e “mobilização cognitiva”.

Quanto ao primeiro aspecto, observa uma tendência à substituição gradual de valores materialistas (tipo de valor cuja ênfase é em segurança física e econômica) para valores pós-materialistas (tipo de valor cuja ênfase é na auto-expressão, como defesa de meio ambiente, homossexuais, maior participação e atitudes políticas não-convencionais, como protestos e greves), à medida que as sociedades se industrializam e se modernizam. Constrói testes estatísticos com dados de *surveys* aplicados em vários países e observa comportamento mais crítico, no entanto mais apoiador do sistema democrático e suas instituições, por parte dos pós-materialistas.

Em relação à mobilização cognitiva, afirma que maiores níveis de educação e de aglomeração de trabalhadores em setor terciário induzem a uma maior participação na vida política, pois capacita e instiga os indivíduos a participarem do processo decisório.

Alfabetização estaria ligada a altas taxas de votação e desejo de mudanças específicas na política e o trabalho em setor terciário, onde a necessidade de inovação e autonomia de julgamento são condições necessárias, ajudaria numa maior inclinação a participar do processo decisório da política.

Inglehart acredita que ambos os processos têm transformado as bases de massa da política nas sociedades industriais ocidentais nas últimas duas décadas, pois os povos estão mais propensos a quererem instituições democráticas e mais articulados e preparados a pressionarem para obtê-las. Mas mudanças nas capacidades e valores de massa não são os únicos fatores que importam, pois uma elite determinada pode reprimir demandas públicas por democratização por longo tempo. No entanto, à medida que a sociedade industrial amadurece, os custos da repressão aumentam, afirma.

A associação entre modernização e democracia também é rechaçada por Inglehart. De acordo com o autor, apesar de haver uma correlação entre desenvolvimento econômico e democracia estável, o vínculo é quase inteiramente devido ao fato de que desenvolvimento econômico leva ao surgimento de uma cultura política pró-democrática.

A utilização do viés teórico culturalista e o rechaçamento da associação entre modernização econômica e democracia, inicialmente explorado por Almond e Verba (1963) e utilizado por Inglehart (1990; 1993) são pontos em comum nas análises dos autores. No entanto, nem só de convergência é a relação entre as obras dos cientistas envolvidos. Também há espaço para contradições e uma significante se refere ao tipo ideal de cidadão para existência de uma democracia estável. Almond e Verba consideram que uma democracia de sucesso e estável ocorre quando se têm cidadãos ativos e envolvidos na política, informados sobre a mesma e que acreditam ter influência nesse campo. Os estudos e dados disponíveis aos autores revelavam, porém, um *gap* entre percepção de capacidade de ser ativo, conhecedor e entendedor da política e a projeção disso na prática: mesmo na Grã-Bretanha e Estados Unidos, a maioria dos cidadãos se mostravam apáticos com relação à política, tendo pouco envolvimento e informações precárias sobre a mesma. Esse cenário, apesar de à primeira vista parecer ser desolador, é o ideal, pois provê às elites políticas o poder que ela necessita para tomar decisões e, ao mesmo tempo, revela cidadãos com “reserva de influência na política”, ou seja, dotados de capacidade de envolvimento e percepção de influência na política, o que é típico da cultura cívica, destacam os autores.

Inglehart (1999), por sua vez, destaca que cidadãos com atitudes políticas não-convencionais (aqueles favoráveis e praticantes de greves, boicotes, protestos, etc.) apresentam comportamento mais crítico ao regime e instituições democráticas, mas são os

mais ligados aos ideais democráticos. Desse modo, quanto mais cidadãos com tais tipos de atitudes, melhor para a democracia, conclui o autor. Essas considerações vão de confronto às de Almond e Verba (1963) anteriormente explicitadas, pois atitude política não-convencional implica em ativismo e envolvimento com política, cenário não propício para se obter uma democracia de sucesso e estável, de acordo com os autores. Desse modo, pode-se dizer que “*ativismo x passividade*” dos cidadãos em relação à política e seus efeitos para o sucesso da democracia é um ponto de tensão entre essas duas importantes referências da vertente teórica culturalista.

Outro ponto de contradições teóricas nos estudos culturalistas sobre democratização se dá entre Inglehart (1993) e Muller e Seligson (1994). Para o primeiro, como já destacado anteriormente, três fatores estão associados à existência de democracia: cultura cívica; mobilização cognitiva (medido em porcentagem de trabalhadores no setor terciário) e modernização econômica. O primeiro fator é o estatisticamente mais forte ligado a anos de democracia contínua; mobilização cognitiva tem efeito mais modesto e os efeitos da modernização econômica é totalmente mediado por cultura cívica. Desse modo, cultura cívica seria grande variável explicativa para existência de democracia. Para Muller e Seligson, há um erro de causalidade no modelo teórico de Inglehart: não seria a cultura cívica geradora de democracia e sim o inverso, sendo cultura cívica efeito da existência de democracia. Se o que Inglehart expõe fosse correto, diferentes níveis de cultura cívica gerariam diferentes níveis de desenvolvimento de democracia, ou seja, alto índice de cultura cívica levaria a alto desenvolvimento democrático e vice-versa. Utilizando índice de cultura cívica e de nível de democracia elaborado pela *Freedom House*, observam que o primeiro fator não tem efeito significativo sobre o segundo. Sendo assim, os autores criam um modelo alternativo para entender processo de democratização, onde cabe especial destaque a igualdade de renda. Utilizando o nível de democracia de países elaborado pela *Freedom House* como variável dependente, observam que desigualdade de renda dos países é fator estatisticamente forte: um aumento de dez pontos percentuais na desigualdade de renda provoca queda de dezesseis pontos no nível de democracia. Desse modo, um elemento econômico surge como variável explicativa para existência de democracia e cultura cívica aparece mais como efeito que como causa no processo de democratização.

Em suma, e apesar de algumas divergências internas, pode-se considerar que os estudos da vertente teórica da cultura política se caracterizam por colocar as opiniões, atitudes e comportamentos individuais como aspectos relevantes, e muitas vezes principais, para compreensão dos processos políticos em geral. Esse foco no indivíduo levou a mais uma

característica dessa vertente teórica: a conciliação entre teoria e empiria, que se dá através de realização e utilização de dados de *survey*, que são pesquisas de opinião aplicadas com indivíduos, através de uma amostra probabilística. A convergência desses dois métodos confere a essa vertente teórica sólida validade científica, pois, de certa maneira e com certas limitações, o conflito teórico gerador da investigação científica pode ser explorado empiricamente, possibilitando maior legitimidade aos resultados das investigações científicas.

3- Os “teóricos da crise”

A partir da década de 70, alguns cientistas que denominamos de “teóricos da crise” observaram que teorias culturalistas e realidade não estavam compatíveis: ao contrário do que essas teorias afirmavam, a democracia não estaria bem, inclusive em países com longa tradição democrática e mais afeitos a uma democracia sustentável. Tal pensamento tinha como base a grandes ondas de protestos e baixos índices de aprovação de governos, serviços e instituições democráticas em vários países, dentre eles os Estados Unidos. Tudo isso, para esses cientistas, significava um sintoma de que a democracia estava se quebrando em alguns países, que o regime democrático não era capaz de dar conta de novas demandas de sociedades complexas.

Consideramos que os “teóricos da crise” não constituíam uma vertente teórica, grupos de estudos, ou algo parecido. Nota-se isso facilmente, pois temos como expoentes Jurgen Habermas e Samuel Huntington, que utilizam em seus trabalhos bases teóricas completamente distintas um do outro. No entanto, o motivo de agrupá-los em único movimento se dá pela consideração de que suas argumentações convergiam-se em um ponto central: as demandas vindas dos cidadãos vinham aumentando e a capacidade do governo de realizar seus objetivos vinha caindo, devido ao baixo crescimento econômico. Todo esse movimento culminaria em quebra das democracias.

Durante aproximadamente um quarto de século após Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão experimentaram virtuosos ciclos de crescimento econômico, expansão de melhorias sociais e exitosa resistência às idéias políticas da União Soviética, sob comando de regimes democráticos, afirmam Crozier, Huntington e Watanuki (1975). Esses sucessos passados da democracia, afirmam os autores, seriam a causa de seu provável fim durante a década de 70. Todo esse ciclo virtuoso possibilitado pelos governos democráticos gerou modificações nas tendências de comportamento dos cidadãos desses países, o que causou sobrecarga de demandas em relação aos governos, impedindo seu bom

funcionamento. Para os autores, o fim desse processo levaria à quebra da democracia, que seria substituída por governos provincianos, populistas e nacionalistas.

Para Habermas (1973), a crise econômica vivida por alguns países na década de 70 era resultado de contradições no processo de acumulação de capital, o que levaria a uma crise econômica. Para o autor, crises econômicas são preditoras de crises sociais porque desmascaram a oposição de classes e com isso contribuem para crítica da ideologia de mercado, ameaçando integração social existente. Todo esse movimento levaria a uma crise de legitimidade da democracia, o que corroboraria para seu fim.

Os cientistas destacados construíram as argumentações teóricas acima, como já destacadas, tendo como base observações da realidade, que lhe indicavam haver sintomas de que as democracias estavam se desfazendo. No entanto, a mesma realidade que invocam para teorizarem é a que desmorona a legitimidade de suas argumentações: apesar de todas as turbulências vividas pelos governos, a democracia se manteve intacta e até com maiores índices de aprovação, como demonstra alguns estudos, como o de Inglehart (1999).

4- Teoria econômica da democracia

Um dos primeiros teóricos a destacar importância de fatores econômicos para sustentação da democracia foi Lipset (1967). O autor considera que dois fatores são cruciais para conformação de um ambiente de democracia estável: desenvolvimento econômico e legitimidade (valorização das instituições, sendo consideradas certas e adequadas pelo público). No que concerne ao papel do desenvolvimento econômico, o autor entende que, quanto mais próspera for uma nação, maiores serão as possibilidades de que ela sustente uma democracia. Sociedades divididas entre grande massa pobre e pequena elite favoreceriam existência de oligarquias (domínio ditatorial de pequeno estrato superior) ou tiranias (ditadura da base popular).

Para testar empiricamente sua teoria, Lipset utiliza vários índices de desenvolvimento econômico (riqueza; industrialização; urbanização e educação) e extrai médias, comparando-as com status democrático construído por ele de uma gama de países (democracias estáveis; democracias instáveis e ditadura; democracia e ditaduras instáveis e ditaduras estáveis). Em cada caso, a riqueza média, os graus de industrialização e urbanização e níveis de educação apresentam-se mais elevados em países classificados com maior status democrático. “[...] todos os vários aspectos do desenvolvimento econômico - industrialização, urbanização, riqueza e educação – encontram-se tão estreitamente inter-relacionados que formam um fator predominante na correlação da democracia” (LIPSET, 1967: 57).

O desenvolvimento econômico, além de influir na conformação geral do sistema político, também teria influência em outros aspectos pertencentes à esfera política. Um exemplo seria na configuração da luta de classes. Níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico permitiriam aos componentes dos estratos inferiores que desenvolvessem perspectivas de luta em longo prazo e concepções mais complexas e gradualistas da política. Nesse cenário o extremismo político não se desenvolveria como força relevante.

A utilização de fatores econômicos como os significantes para sustentação de democracias foi retomado ao longo da década de 70, mas sob nova “roupagem”, sob distinto ponto de vista, pela teoria da escolha racional, que passava a se tornar predominante no campo acadêmico (INGLEHART, 1993).

A teoria da escolha racional, de acordo com Figueiredo (1991), entende que as escolhas coletivas ou os resultados destas têm que ser compreendidas a partir de escolhas individuais em determinado contexto institucional, com propósito de atingir os objetivos individuais. Não se considera que o homem age o tempo todo racionalmente, mas que é potencialmente capaz de assim agir, ou seja, se as condições permitirem, o homem deve, tanto no sentido normativo quanto prospectivo, agir racionalmente. Desse modo, o autor considera que racionalidade não é atributo nem estado humano, é algo que se exerce. Em relação à ação social, a teoria da escolha racional entende que, ao agirem e interagirem, os indivíduos têm planos coerentes e tentam maximizar a satisfação de preferências, ao mesmo tempo em que tentam minimizar os custos envolvidos. Em suma, ações e comportamentos são influenciados por racionalidade e utilitarismo individual

Em relação à democratização, em geral, os autores da escolha racional consideram que a cultura é irrelevante para explicar existência e sustentação das democracias. O fator-chave seria a adesão estratégica, ou seja, existiria a democracia por conta de conjunção de interesses próprios relacionados a isso (Przeworski, 1994; Cheibub, Limongi e Przeworski; 2003).

A democracia, para Przeworski (1994), é um sistema de resolução de conflitos em que os resultados dependem do que os representantes fazem, mas nenhuma força tem condições de controlar sozinha os acontecimentos. Os resultados são sempre incertos e é essa incerteza que permite a ação instrumental: como os atores podem atribuir probabilidade às conseqüências de suas ações, eles desenvolvem expectativas e calculam o que é melhor para se fazer. Desse modo, é a incerteza que os atiram ao jogo democrático. Em relação aos compromissos normativos ligados à democracia, afirma que os mesmos são pouco freqüentes e irrelevantes, não sendo necessário explorá-los para compreender seu funcionamento.

Para Cheibub, Limongi e Przeworski (2003), a democracia sobrevive porque é mais vantajoso para as forças políticas relevantes, pautando suas ações por puro interesse próprio, obedecer ao veredicto das urnas que fazer qualquer outra coisa. Os perdedores podem ter incentivos em curto prazo para rebelar-se, não aceitando os resultados, mas se existir uma possibilidade de ganhar as eleições futuras e os benefícios dessa vitória forem grandes o suficiente, perdedores preferirão aceitar o veredicto das urnas no futuro. Nesses termos, a democracia é um equilíbrio porque as diferentes forças políticas relevantes consideram que obedecer aos seus veredictos atende melhor seus interesses.

A cultura de um povo é algo importante, mas não para se entender o processo de democratização, afirmam os autores destacados acima. Através de testes estatísticos utilizando, em grande parte, dados agregados, constatam empiricamente que traços culturais mais óbvios, tais como religião dominante, tem pouca importância para a emergência e durabilidade das democracias. Disso decorre que, embora possa haver razões para esperar que culturas importem, o material empírico disponível prevê pouco apoio para a concepção de que democracia requer cultura democrática.

O que seria relevante para sustentação democrática? Cheibub, Limongi e Przeworski (2003) respondem que esse movimento está ligado exclusivamente a riqueza das nações. Quanto mais rica a nação, maior a probabilidade da democracia persistir. Em países pobres, o valor de tornar-se um ditador e o custo acumulado da destruição de estoques de capital é mais baixo. Em nações ricas, o ganho de conseguir-se tudo ao invés de uma parte de renda total é mais baixo e a recuperação da destruição é mais lento. Como resultado, a luta pela ditadura e a rebelião é mais atraente em nações pobres. Para eles, em países pobres, a democracia será subvertida tanto por funcionários públicos quanto por outros atores políticos relevantes; países com nível médio de riqueza serão subvertidos por perdedores do sistema e não pelos ocupantes de seus cargos e, em nações ricas, a democracia era total apoio.

Os autores fazem análises empíricas em 135 países, com dados de renda per capita e crescimento econômico relativos aos anos de 1950 a 1990 e observam que nunca a democracia foi subvertida em países com renda per capita correspondente à da Argentina em 1976. A exceção se dá em países muito pobres (renda per capita menor que U\$1000), onde a elevação da renda dos cidadãos concede maiores chances da democracia sobreviver em países um pouco menos pobres (renda per capita entre U\$1000 e U\$3000). Para testar a validade dessa argumentação, os autores predizem resultados de anos de durabilidade de democracias nos países com base em suas riquezas. A correlação entre as proporções de tempo preditas e observadas é de 0,91.

Tabela 1- Riqueza e expectativa de durabilidade de democracias

Riqueza	Expectativa de durabilidade de democracias
Menos de U\$1000	Pouco superior a 8 anos
De U\$1000 a U\$2000	Em torno de 18 anos
Mais de U\$6000	Possibilidade de durabilidade eterna

Fonte: CHEIBUB, José; LIMONI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, 58, 2003.

Por fim, cabe destacar que a teoria da escolha racional, em geral, entende o comportamento humano tendo como base motivações pessoais do indivíduo, visto como um sujeito que age racionalmente dado um contexto, procurando maximizar seus ganhos e minimizar seus riscos. O método empregado também consiste na adição de teoria, com forte viés economicista, o que leva alguns autores a enxergar a invasão do *homo economicus* nas ciências sociais (BAERT, 1997), com empiria, se utilizando mais de dados agregados e relevando os *surveys* aplicados diretamente com cidadãos, ferramenta muito utilizada pelos culturalistas. No processo de democratização, entendem que os fatores-chave são os benefícios e custos econômicos de se manter ou não a democracia, fatores que mediarão o cálculo de comportamento das forças políticas relevantes. Por conta disso, classificamos os estudos aqui citados como pertencentes a uma teoria econômica de democracia.

5- Teorias neo-institucionalistas

O neo-institucionalismo é algo novo nas academias. Hall e Taylor (2003) destacam que tal modelo surge na década de 80, em contraposição a concepção “behaviorista” que foi predominante nas décadas de 60 e 70. Com a emersão dessa vertente teórica, pode-se dizer que o Estado e suas instituições passaram a ganhar importância explicativa antes desprezada. Desse modo, nos anos 80, os cientistas políticos, nas palavras de Newton (1999), “trouxeram o Estado de volta”.

Hall e Taylor (2003) não observam nos estudos neo-institucionalistas um método e argumentos teóricos unificados e uniformes, observando três ramificações dentre os estudos neo-institucionalistas: neo-institucionalismo da escolha racional, histórico e sociológico. Desse modo, apesar de se distinguirem das demais vertentes teóricas por considerarem que instituições são relevantes nos processos sociais e políticos, não se focam somente nessas para

explicar esses fenômenos. Pode-se considerar que, em geral, os estudos neo-institucionalistas utilizam gama variada de elementos explicativos em suas investigações científicas, como aspectos culturais, por exemplo.

Os neo-institucionalistas não possuem a ambição de formular teorias gerais para explicar fenômeno da democratização, se limitando a estudar o quanto existência e funcionamento das instituições influenciam em aspectos importantes do sistema democrático, como confiança social e institucional, satisfação com democracia, etc.

O estudo de Norris (1999b) possui essa característica exposta acima. A autora analisa efeitos de configurações institucionais para nível de confiança institucional e conclui que diferentes arranjos institucionais geram diferentes níveis de confiança e satisfação com democracia. Observa que os “ganhadores” (ou seja, os que são simpatizantes ou filiados a partidos políticos que estão no poder) possuem maior confiança institucional que os “perdedores” e que essas diferenças de confiança são mais acentuadas em países onde um único partido teve o poder por longo período de tempo, caso do Japão, México e Itália. Encontra associação estatística significativa também entre países com mais de dois partidos relevantes e maior confiança institucional, quando comparado com países com somente um partido relevante, indicando que configuração dos sistemas partidários influencia nos níveis de confiança. Quanto ao nível de direitos políticos e civis, os dados indicam que países que possuem maiores índices desses direitos possuem cidadãos mais satisfeitos com democracia existente. Por fim, seu estudo aponta que países com organização unitária e com sistemas eleitorais majoritários possuem cidadãos com maior confiança institucional que países com organização federativa e sistemas eleitorais proporcionais.

O que esse estudo de Norris consegue nos evidenciar é que funcionamento, arranjos e existência de determinadas instituições são relevantes para dois aspectos essenciais da democracia: confiança institucional e satisfação com democracia existente. No entanto, a autora não exclui fatores sociais da análise e observa que também são relevantes: pessoas mais idosas, com maior nível de escolaridade e do sexo feminino são os que possuem maiores níveis de confiança institucional.

Seligson (2002) explora os efeitos de um aspecto do mau funcionamento das instituições na legitimidade do regime democrático: a corrupção. O seu estudo é uma tentativa de se entender as conseqüências da corrupção para além dos aspectos já destacados por economistas, como diminuição de número de negócios e investimentos, redução do crescimento econômico, aumento dos custos e da qualidade dos serviços prestados, etc. Vai contra a visão funcionalista do fenômeno, que considera a corrupção algo positivo em países

periféricos autoritários, pois funcionaria como oposição ao regime, como forma de coesão social entre corruptor e corruptível e garantiria participação política dos indivíduos no poder (HUNTINGTON, 1968). Seligson possui visão semelhante a estudos que considera a corrupção um péssimo elemento para a um regime político, pois contribui para problemas como clientelismo, nepotismo e desconfiança m relação ao regime e suas instituições.

Mas o que se entende por legitimidade? Seligson baseia-se na tese de Norris (1999a; 2006), que considera ser essencial um regime possuir relevante apoio a cinco dimensões da esfera política para um regime ter sustentação, ou seja, legitimidade: apoio a comunidade política e a princípios básicos do regime; moderada avaliação do desempenho do regime; de instituições do regime e de atores políticos. Essa tese é um avanço às idéias iniciais de Easton (1965), que afirmava que, para um regime político ter legitimidade, era necessário haver apoio difuso (adesão a valores democráticos) e apoio específico (satisfação com democracia existente).

Seligson (2002) pesquisa alguns países da América Latina (Nicarágua, El Salvador, Paraguai e Bolívia) e cria um índice de experiência com corrupção, relativo a contato dos cidadãos com práticas de corrupção e um índice de legitimidade do regime, a partir de variáveis que exploram as cinco dimensões relativas à legitimidade do regime, explicitadas acima. Os testes mostram que maior experiência com corrupção do cidadão está associada com menor legitimidade democrática, sendo estatisticamente significativa em todos os países pesquisados. Também encontra associação entre maior experiência com corrupção e menores níveis de confiança social, em comparação com os que possuem menos experiência com corrupção, não sendo a associação estatisticamente significativa apenas no Paraguai. Os resultados corroboram com a hipótese geral do autor, de que corrupção gera alto ônus político aos regimes democráticos, além dos já explicitados ônus econômico. Os dados, portanto, indicam o quanto defecções das instituições, nesse caso de aspecto normativo (transgressão das normas, estabelecidas por ações desviantes, ou seja, corrupção), podem ser relevantes para processos políticos.

6- Teoria do Capital Social

Os interesses nos estudos dos processos de democratização passam a receber fôlego renovado nas últimas décadas devido emergência de uma nova vertente teórica que aborda aspectos do tema. Se na década de 80 os cientistas políticos trouxeram o “Estado de volta”, na década de 90 a “fraternidade” que é posta em destaque (NEWTON, 1999). Fraternidade que

também é entendida como capital social, sociabilidade e capacidade de cooperação e reciprocidade.

O que se entende por capital social? De acordo com a literatura especializada, capital social estaria relacionado com interação social, com sociabilidade (participação em associações, clubes, movimentos, etc.). Seria um bem público, um subproduto de atividades sociais, o que o diferencia do capital convencionalmente estudado, o capital econômico. O interesse em se estudar o capital social reside na suposição de que uma maior ou menor intensidade do mesmo refletiria nos processos políticos e sociais, influenciando na direção e característica de seus resultados (FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 2000).

Os autores ligados a essa vertente teórica buscam investigar os efeitos do capital social em certos aspectos do regime democrático e não explorar os determinantes para ascensão e queda e sustentação das democracias, ou seja, não se busca formulação de uma teoria geral da democratização, como é o caso da teoria da escolha racional e da cultura política, mas maiores entendimentos de aspectos inerentes a um regime democrático, como avaliação de instituições, confiança social e institucional, dentre outros elementos. Isso a aproxima da teoria neo-institucionalista, que possui as mesmas características, como destacado acima.

É esse o caminho que segue Putnam (2000), que investiga as raízes para diferenciação de avaliações a respeito do desempenho institucional na Itália. Busca primeiramente associação entre modernidade econômica e avaliação de desempenho institucional e encontra correlação de 0,77, o que pode ser considerado um bom patamar. No entanto, ao explorar com mais detalhe os dados, o autor observa diferenças acentuadas nas avaliações do desempenho institucional em regiões da Itália com semelhante modernidade econômica. Por exemplo, dentre as regiões consideradas ricas, algumas regiões com maior nível de riqueza que outras apresentavam pior avaliação de desempenho institucional. Essa observação o leva a adicionar um fator social, o nível de capital social, como elemento explicativo. Desse modo, o autor indica que o capital social é relevante para gerar determinados contextos políticos e sociais numa sociedade, descartando o argumento de que somente fatores econômicos ou desenvolvimento econômico é relevante, como já indicavam os culturalistas.

Explorando dados de *survey* aplicados entre conselheiros regionais, líderes comunitários e eleitores dentre 1970 e 1989, Putnam observa associação entre maior nível de capital social e comportamento político cívico e pró-democrático, como maior nível de participação eleitoral; maior intolerância ao clientelismo; relação menos distante e elitista entre representantes e representados; sentimento de influência no sistema político e maior satisfação com a vida.

Aquelas regiões onde o nível de capital social apresentava-se maior eram as que apresentavam com maior intensidade essas características.

“Em muitas regiões da Itália existem muitas orfeônicas, clubes de futebol, clubes de ornitólogos e Rotary Clubs. A maioria dos cidadãos dessas regiões acompanha atentamente os assuntos comunitários nos jornais diários. Eles se envolvem em negócios públicos, mas não devido à política personalista ou clientelista. Confiam em que todos procedam corretamente e obedeçam as leis. Nessas regiões os líderes são razoavelmente honestos. Acreditam no governo popular e dispõe-se a entrar em acordo com seus adversários políticos. Tanto os cidadãos quanto os líderes entendem que a igualdade é congenial. As redes sociais e políticas se organizam horizontalmente e não hierarquicamente. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. O governo funciona. Não admira que nessas regiões o povo seja contente!” (PUTNAM, 2000: 128).

Putnam (2000) considera também que o capital social é importante gerador de confiança social, por acreditar que as bases desse tipo de confiança se encontram em reciprocidade e participação cívica, elementos ligados a capital social. Quanto à reciprocidade, acredita que um país ou região que apresenta elevado intercâmbio social, de forma horizontal (congregando agentes que possuem mesmo status e poder) ou vertical (congregando agentes desiguais em relações de hierarquia e dependência) torna possível a expansão de informações a respeito do outro, gerando então mais confiança social. Em relação à participação cívica, acredita que quanto mais se participe de associações, movimentos, clubes, dentre outros aspectos, mais fácil será a cooperação em benefício mútuo.

Rose e Weller (2001) investigam a relação entre capital social e adesão a valores democráticos. Para mensurar a importância desse aspecto para a adesão a valores democráticos, os autores incluem outros fatores entendidos pela literatura especializada como relevantes para testar a “força relativa” do capital social, sendo eles capital humano, recursos econômicos e atitudes cívicas. Os resultados dos testes indicam que capital social é o elemento menos relevante nessa relação, mas, porém, é estatisticamente significativo.

Baquero e Santos (2007) corroboram com a idéia de que confiança social e participação cívica são elementos geradores de maior nível de capital social. Analisando

dados de *surveys* aplicados a três importantes cidades da América Latina, Porto Alegre (Brasil), Santiago (Chile) e Montevideu (Uruguai), observam que existe uma associação entre elementos do capital social e adesão a aspectos democráticos: há associação entre alto índice de confiança social e satisfação com democracia; confiança no presidente e crença de que o melhor para se resolver os problemas do país é maior participação popular nas decisões políticas. Desse modo, afirmam que o trabalho é mais uma evidência de que a tese de Putnam (2000), que afirma existir forte relação entre capital social e democracia.

Assim como a teoria da cultura política, a teoria do capital social tem nos indivíduos sua base de análise e os entende ser o elemento capaz de promover diferenciações e modificações nos processos sociais e políticos. Além disso, possuem o mesmo elemento empírico de análise, que é a utilização de dados de *survey*. No entanto, algumas diferenciações são visíveis. Primeiramente, a ambição dos estudos culturalistas são maiores, pois (1) procuram dar explicações para o processo de democratização, dar respostas a causas de emergência e sustentação de democracias, além de (2) explicar diferentes níveis de avaliação, confiança e satisfação entre países, estratos sociais e tipos sociais distintos. Já os estudos de capital social só se focam no segundo elemento. Outra distinção se dá no foco da análise: enquanto os culturalistas focam-se em diferenciações sociais e de comportamento político, ou seja, observam as características individuais, os estudos de capital social têm como foco a interação social, os indivíduos em intercâmbio, em contato, em ação. Ou seja, focam-se acreditam que a interação humana (ou a falta dela) explica diferenciações de comportamento dos atores e nos processos sociais e políticos.

7- Considerações finais

A leitura dos pressupostos teóricos básicos das principais obras de referência de cada vertente teórica elencada nos leva a observação de que o estudo do processo de democratização, ao contrário do que ocorre com muitos outros objetos de estudo das ciências sociais, se dá de forma a explorar bastante o aspecto empírico, através de *surveys* ou análise de dados agregados, aliado ao trabalho teórico. A exceção cabe aos “teóricos da crise”, que se caracterizam por terem obras fortemente teóricas, com base e observações da realidade de forma bastante subjetiva.

Mas nem tudo converge entre as teorias abordadas, sendo alguns pressupostos teóricos inconciliáveis. É o que ocorre entre a teoria da escolha racional e da cultura política. A primeira considera que os processos políticos e sociais têm como origem e força geradora os interesses e vontades humanas, advindas da análise racional de ganho. No caso da

democratização, o fator levado em conta racionalmente pelos indivíduos seria o desenvolvimento econômico, mais especificamente a riqueza. Em países pobres, o que se teria a perder não seria muito, sendo então mais propício a emersão e queda contínuas de democracia ou de existência de regime autoritário. Em países ricos, como se tem muito a perder com queda de regime, seriam os lugares com menos propensão a queda de democracias e existência de democracia estável. Já a os teóricos da cultura política observam que o que explica existência ou não de democracia em países são as caracterizações da cultura política dos mesmos. Fatores externos aos indivíduos seriam os relevantes, como anos de vivencia sob certo regime, níveis de escolaridade, de renda, tipos de atitudes políticas, etc. Nesse caso, as explicações para o processo de democratização residem nas configurações sociais e culturais dos povos e não no agir racional maximizador de ganhos dos indivíduos.

A busca por uma explicação parcimoniosa, de um modelo de explicação simples contendo poucos elementos explicativos, deve ser sempre um objeto de busca dos cientistas sociais para explicação de algum fenômeno investigado (BABBIE, 1999). É isso que procuram fazer os teóricos da escolha racional mencionados no trabalho, apontando a riqueza das nações como primordial elemento explicativo do processo de democratização (CHEIBUB, LIMONGI, PRZEWORSKI, 2003). No entanto, essa busca pela parcimônia atinge proporções extremas nesse caso, pois parece ser evidente que a realidade não corrobora com a teoria. Os argumentos teóricos dos teóricos da escolha racional explicam vários casos no mundo, mas não dá conta de exemplos práticos clássicos, destacados por Gunther e Montero (2003): como explicar que a Argentina manteve-se num regime democrático, mesmo sofrendo grandes perdas econômicas no começo do século, durante o governo de Fernando de La Rúa e alguns subseqüentes? Como explicar consolidação da democracia na Espanha sob forte crise econômica e política, ao longo da década de 80? Como explicar que a China ainda é uma ditadura, mesmo com fortes avanços no setor econômico e no aumento de riqueza do país nas últimas décadas?

No entanto, não é somente a teoria da escolha racional que sofre com posições extremas que atrapalham a explicação do fenômeno em destaque. Apesar de não se considerar que os argumentos teóricos dos culturalistas é algo “elitizado”, como apontou seus críticos (INGLEHART, 1993), acredita-se que pode possuir um tom um pouco radical, quando alguns autores indicam que somente cultura política é capaz de explicar diferenciações de regime entre países, caso de Almond e Verba (1963).

As teorias capazes de elaborarem uma explicação geral para o processo de democratização são somente a da cultura política e teoria econômica da democracia, as demais procuram

explicar somente alguns aspectos importantes do processo e regime democrático, mas não possuem a pretensão de explicar o processo geral de democratização.

No caso das teorias de capital social, seus teóricos demonstram que diferentes níveis de associativismo geram diferentes níveis de confiança social ou interpessoal e satisfação com a vida. No entanto, uma limitação deve ser destacada: é necessário ressaltar que seus efeitos sobre confiança política devem ser vistos com cautela. A literatura especializada não vê consenso nesse aspecto, tendo os céticos dessa relação (NEWTON, 1999) e os que acreditam nessa associação entre capital social e confiança política (BAQUERO; SANTOS, 2007). Desse modo, pode ser que capital social seja relevante, mas somente para os aspectos e processos sociais e não para os políticos.

Em relação a teoria neo-institucionalista, cabe destacar que é de extrema relevância para o estudo de aspectos essenciais do regime democrático, uma vez que focaliza a idéia de que funcionamento e existência de instituições importam para o comportamento político dos cidadãos. Os dados contidos nesses estudos corroboram com a idéia hipotética de que características das instituições importam, afinal de contas é em relação a ela que os indivíduos baseiam grande parte de seus interesses, ações e atitudes, pois somente elas poderão lhe dar *outputs* almejados e esperados sob um regime democrático.

Por fim, cabe destacar que todas as vertentes teóricas apresentam contribuições relevantes para a compreensão do processo de democratização. No entanto, acredita-se que os argumentos dos culturalistas, que destacam a importância dos valores e cultura política para conformação de certo tipo de regime, somado às considerações dos neo-institucionalistas, de que funcionamento das instituições é elemento importante, parecem fornecer explicações mais robustas para o fenômeno em destaque, pois encontram mais evidências na realidade. Desse modo, se considera que o caminho inicialmente traçado por Easton (1965), de considerar argumentos culturalistas somados a neo-institucionalistas, é o mais adequado para o estudo da democratização.

8- Bibliografia

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. (1963), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de survey*. (1999), Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BAERT, Patrick. (1997), Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, nº 35.

BAQUERO, Marcelo; SANTOS, Everton. (2007), Democracia e capital social na América latina: uma análise comparativa. *Revista de Sociologia e Política*, nº 28.

CHEIBUB, José; PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. (2003), Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, 59.

CAMPBELL, Angus et al. (1964), *American voter: an abridgment*. New York: John Wiley and sons.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. (1975), *The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York: New York University Press.

EASTON, David. (1965), *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley and sons.

FIGUEIREDO, Marcus. (1991), *A decisão do voto: Racionalidade e democracia*. São Paulo: ANPOCS/ Sumaré.

FUKUYAMA, Francis. (1996), *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose R. (2003), Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, v.9, nº1.

HABERMAS, Jurgen. (1973), *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. (2003), As três visões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, 58.

HUNTINGTON, Samuel. (1968), *Political order in changing societies*. New haven: Yale University Press.

_____. (1994), *A terceira onda de democratização*. São Paulo: Ática.

INGLEHART, Ronald. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1993), Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*. v. 1, nº 1.

_____. (1999), Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press.

LIPSET, Seymour. (1963), *Political man: the social basis of politics*. New York: Anchor.

MOISÉS, José Álvaro. (1992), Democratização e cultura política de massas n Brasil. *Lua Nova*, nº 26.

_____. (1995), *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática.

MULLER, Edward; SELIGSON, Mitchell. (1994), Culture and democracy: the question of causal relationships. *American Political Science Review*, v.88, nº 3.

- NEWTON, Kenneth. (1999), The impact of social trust in political support. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.
- NORRIS, Pippa. (1999a), Introduction: The growth of critical citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (1999b), Political institutions and political support. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2006), Support for democratic governance: multidimensional concepts and survey measures. Paper for the LAPOP-UNDP workshop on *Candidate Indicators for the UNDP Democracy support index (DSI)*, Center for the Americas at Vanderbilt University, Nashville.
- PRZEWORSKI, Adam. (1994), *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PUTNAM, Robert. (2000), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- ROSE, Richard; WELLER, Craig. (2001), What does social capital add to democratic values? *Studies in Public Policy*, Centre for Study of public policy. Glasgow, nº 356.
- SELIGSON, Mitchell. (2002), The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study for four Latin American countries. *Journal of politics*, v. 64, nº 2.